

O DÉFICIT COMERCIAL BRASILEIRO EM 2014

Gilmar Mendes Lourenço

As estatísticas da balança comercial brasileira, relativas ao mês de setembro de 2014, apuraram déficit de US\$ 939 milhões, tendo as exportações atingindo a cifra de US\$ 19,617 bilhões e as importações de US\$ 20,556 bilhões. Ainda que fortemente influenciada pelas compras externas de combustíveis, que cresceram 49,1% frente a setembro de 2013, trata-se da pior *performance* mensurada para o mês desde 1998, ocasião em que o País sofreu dos efeitos da moratória russa sobre as transações internacionais.

O desempenho também é negativo quando considerado o intervalo de tempo compreendido entre janeiro e setembro de 2014 (-US\$ 690 milhões, sendo US\$ 173,63 bilhões em exportações e US\$ 174,32 bilhões em importações), em comparação com o mesmo período de 2013. Se essa tendência persistir até dezembro, o Brasil contabilizará o primeiro déficit anual desde 2000 (-US\$ 731 milhões), consolidando o quadro de queda das exportações de produtos manufaturados e ampliação da subordinação à pauta de itens considerados básicos.

Com isso, confirma-se a rápida e radical alteração da característica de intercâmbio externo prevaiente no lapso 2003-2007, quando, embalado pela expansão da economia internacional, capitaneada pela demanda interna dos Estados Unidos e da China, o País chegou a registrar superávits superiores a US\$ 40 bilhões por ano na conta de comércio. Naquela época houve a subida simultânea das vendas e das compras do exterior, sendo estas últimas responsáveis pelo paradoxal movimento de modernização e sucateamento do tecido de transformação doméstico.

Tal cenário foi abortado pela instabilidade financeira planetária, eclodida em setembro de 2008, o que agravou a situação de enfraquecimento estrutural da capacidade competitiva e da perda de mercado da indústria brasileira, por conta especialmente dos erros de gestão macroeconômica e das armadilhas preparadas pela permanente impulsão dos custos internos.

A permissividade oficial com as condições adversas à operação dos segmentos de produção resultou na fragilização do poder de fogo de incontáveis empresas de vários ramos da indústria brasileira

Em outras palavras, a permissividade oficial com as condições adversas à operação dos segmentos de produção – como câmbio sistematicamente apreciado (substituto das estratégias monetária e fiscal no combate à inflação), tributos e juros elevados, excessiva burocracia, precariedade infraestrutural, escassez e encarecimento de mão de obra e ausência de incentivos à inovação –, em um ambiente de acirramento da concorrência em cadeias globais de maior valor agregado, com a melhoria da eficiência e a acelerada modernização das plantas na China e seus evidentes impactos deflacionários, resultou na fragilização do poder de fogo de incontáveis empresas de vários ramos da indústria brasileira.

Por tais razões, o peso da comercialização de itens de manufatura nas exportações totais caiu de 54% em 2004 para menos de 35% em 2014 e o desequilíbrio na conta de comércio industrial passou de 7 bilhões em 2008 para mais de US\$ 100 bilhões em 2013 e de quase US\$ 200 bilhões no acumulado 2011-2014.

Muitas companhias passaram a empreender ações de importação direta para a realização da revenda interna ou de terceirização da produção, com a definição do desenho e do tipo de material empregado. Esse processo vem acontecendo notadamente nas divisões de medicamentos, papel e celulose, cimento, máquinas, bebidas e têxtil. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a participação das vendas (de procedência nacional ou importada) na receita total do setor saltou de 7%, em 2007, para 12%, em 2012.

O pior é que os anabolizantes aplicados pelo governo federal para equacionar os problemas da área serviram apenas para exacerba-los, sobretudo com a reinvenção do protecionismo estatal, dificultando o acesso a insumos, matérias primas e métodos de produção dotados de apreciável densidade tecnológica, o estímulo ao aumento dos percentuais de conteúdo local, e a rendição ao paralisado multilateralismo preconizado pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e, por extensão, a abdicação da prática de acordos bilaterais.

Nesse contexto, soa até curioso observar a defesa das bandeiras de intensificação da abertura comercial e de identificação e preenchimento de espaços no front global, por parte de alguns segmentos relevantes da base industrial operante no território nacional.